



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Mais de 20 trabalhadores da construção civil pediram, há dias, ajuda à Associação dos Operários. No mês passado apresentaram uma queixa sobre a falta de pagamento de salários junto da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), mas não se conseguiu apurar se a responsabilidade directa era do sub-empregueiro, do empregueiro ou do dono da obra, e se não for dado seguimento às averiguações, as autoridades dificilmente conseguirão exigir o pagamento dos salários em falta. Trata-se de mais um caso que vem comprovar como é grave a lacuna no regime de sub-emprego, do qual são sempre vítimas as classes mais vulneráveis, especialmente os operários da construção civil.

O sub-emprego não é um regime novo, já tem uma longa história. Começou por ser a forma adoptada devido ao facto de as obras serem executadas por fases e à cada vez maior profissionalização que as mesmas exigem. E devido à falta de regulamentação e fiscalização, esse regime transformou-se num “instrumento” para a exploração dos trabalhadores. O sub-emprego passou a ser a prática corrente em todos os estaleiros de obras, independentemente da sua dimensão. São muitos os casos em que o empregueiro geral, enquanto responsável directo pelas obras, não só procede ao sub-emprego como também transfere as suas responsabilidades,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

sem assegurar, no entanto, o cumprimento do contrato por parte do sub-empregado, e o resultado são trabalhos não executados e pagamento das etapas intermédias efectuado. Por isso é que são frequentes as situações de falta de acompanhamento e controlo dos casos envolvendo direitos e deveres dos trabalhadores, acidentes de trabalho, trabalho ilegal e qualidade das obras, situações estas que têm afligido o sector e os operários. E o Governo não pode fazer de conta que não vê, deve sim regular a situação, através de legislação.

Sendo assim, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Director dos Assuntos para os Assuntos Laborais, Shuen Ka Hung, afirmou recentemente que, para fiscalizar, eficazmente, as responsabilidades de gestão do empregado-geral e dos subempregados, o Governo tinha criado um grupo de trabalho interdepartamental para estudar o assunto, esperando conseguir apresentar uma solução viável, através de processo legislativo, para distinguir as responsabilidades do empregado-geral e dos subempregados, com o objectivo de resolver problemas como a retenção de salários e atrasos no pagamento de salários, entre outros, devido às várias subempregadas. Embora se trate de um trabalho já “muito atrasado”, pelo menos consegue responder às fortes solicitações, e de há já muitos anos, da população. Qual é o ponto de situação deste trabalho? Qual é a data prevista para a finalização do estudo? Quando é que tudo isto vai ser concretizado?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

2. Os trabalhadores do sector da construção civil são os principais lesados das várias subempreitadas, especialmente nos casos de salários em atraso. Têm de enfrentar, assim como as suas famílias, dificuldades financeiras, e muitas vezes as quantias em dívida dificilmente são reembolsadas. Para reduzir o número destes casos, podemos tomar como referência os regimes dos locais vizinhos, em que o empreiteiro-geral é responsável pelo pagamento dos salários em dívida, e depois tem o direito de interpor uma acção civil contra o respectivo subempreiteiro, exigindo a devolução da quantia já paga. As autoridades devem introduzir um regime destes, a fim de proteger os trabalhadores em situação vulnerável, e de exigir ao empreiteiro-geral que assuma, com rigor, as suas responsabilidades de gestão. Isso vai ser feito?

3. Há que aguardar pelo aperfeiçoamento das leis que regulam a gestão no sector da construção civil, no entanto, o Governo, enquanto “ proprietário” das obras públicas, deve efectuar a respectiva fiscalização com mais rigor. A legislação vigente define que os empreiteiros têm de obter a devida autorização dos serviços competentes para passarem as responsabilidades ao subempreiteiro, no entanto, existem ainda deficiências - as responsabilidades laborais não são claras nas obras públicas, são frequentes as situações de salários em dívida, sem qualquer solução que permita aos trabalhadores terem o dinheiro de volta, e os serviços competentes não realizam a fiscalização como deve ser. Em Março deste ano, o coordenador do Gabinete de Desenvolvimento de Infra-estruturas, Chan Hon Kit,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

reconheceu no plenário da Assembleia Legislativa, dedicado à interpelação oral, que existe nas obras públicas um regime de registo, mas que há ainda muito a melhorar ao nível da sua execução. Os serviços competentes cumprem sempre o regime de registo de acordo com a lei. Como é que funciona esse regime? Já se passaram mais de 6 meses desde a sua aplicação, assim, na opinião dos serviços competentes, como é que esse regime deve ser aperfeiçoado? Nos próximos anos, a construção de infra-estruturas vai entrar numa fase de grande prosperidade, como é que os serviços competentes vão aperfeiçoar o regime de fiscalização das obras públicas?

14 de Novembro de 2011.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM: Lam Heong Sang.